

Mudança e descontinuidade? O Orçamento Participativo na agenda política de Porto Alegre (RS), Brasil

Teixeira, Marco Antonio Carvahlo

Fundação Getulio Vargas/EAESP, Brasil

 Marco.Teixeira@fgv.br

Bianchi, Pedro Henrique

Fundação Getulio Vargas/EAESP, Brasil

 bianchipedroh@gmail.com

Rezende, Guilherme José Rodrigues

Fundação Getulio Vargas/EAESP, Brasil

 gui.jrrezende@gmail.com

Documento recibido: 24 septiembre 2018
Aprobado para publicación: 21 marzo 2019

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar como o Orçamento Participativo está posicionado nos planos de governo dos candidatos ao executivo municipal de Porto Alegre na eleição de 2016. Para tanto, realizamos uma investigação de abordagem qualitativa com finalidade descritiva. A estratégia principal para coleta e análise das informações o trabalho utilizou-se de pesquisa documental. A fundamentação teórica contou com a bibliografia constitutiva do ciclo das políticas públicas, com atenção especial a teoria de agenda setting, bem como a própria literatura de participação social derivada da teoria da democracia. Em nossa categorização o tema foi classificado como “relevante” em seis planos de governo, “intermediário” em dois e “indiferente” em apenas um dos documentos analisados. Esses dados nos permitem inferir que, ao menos no plano de propostas eleitorais, a participação social com o OP ainda se posiciona de maneira predominantemente relevante, embora tenhamos críticas a forma de sua expressão nos planos.

Palavras chave

Orçamento Participativo; Participação Social; Agenda Eleitoral, Planos de Governo; Eleições Municipais

Abstract

This article aims to analyze how the Participatory Budget is positioned in the government plans of the candidates for the municipal executive of Porto Alegre in the election of 2016. For that, we carry out a research of qualitative approach with descriptive purpose. The main strategy for collecting and analyzing information was the documental research. The theoretical basis was based on the constitutive bibliography of the public policy cycle, with special attention to the agenda setting theory, as well as the literature on social participation derived from the theory of democracy. In our categorization the topic was classified as "relevant" in six government plans, "intermediate" in two and "indifferent" in only one of the documents analyzed. These data allow us to infer that, at least in terms of electoral proposals, social participation with OP is still predominantly relevant, although we criticize the form of its expression in the plans.

Keywords

Participatory budget; Social Participation; Electoral Agenda, Government Plans; Mayoral Elections.

1. Contexto, justificativa e metodologia

De acordo com Fedozzi (2015, apud Avritzer, 2008; Pires e Vaz, 2010), a partir do contexto sociopolítico da transição democrática (1985 em diante), o Brasil, especialmente no nível local, descentralizado e estruturado político-administrativamente, teve como experiência peculiar o surgimento e a expansão de novas arenas de participação social institucionalizadas, advindas da própria sociedade, dos governos, ou ainda em parcerias, o que na literatura se convencionou chamar de Instituições Participativas (IPs), sobretudo àquela voltada ao chamado Campo de Públicas.

Entretanto, o contexto atual em que o país está submetido, marcado pelo processo de recessão econômica, descrédito do Estado em quanto promotor do desenvolvimento e garantidor de políticas públicas, e ainda o advento de uma agenda liberal-conservadora, começam a sinalizar, e podem de fato representar fortes obstáculos para o avanço de pautas sociais, sobretudo essas que incluem a participação social como elemento importante nas agendas governamentais.

O cenário expansionista no que se refere à sessas iniciativas inovadoras de participação, após a promulgação da Constituição de 1988, em dissonância ao retrospecto autoritário do país, concedeu ao Brasil um título de referência no tocante à participação institucional, dentro daquele contexto de reforma democrática. Uma das IPs mais conhecidas, além dos Conselhos de Política ou de Direitos, se baseia no modelo de Orçamento Participativo (OP) tida como "(...) inovação mais conhecida e difundida no mundo, inclusive em países de tradição democrática do Hemisfério Norte" (Fedozzi, 2015, apud Allegretti e Herzberg, 2004), e que tem na cidade de Porto Alegre um exemplo paradigmático.

Porto Alegre é capital do Estado do Rio Grande do Sul, e de acordo com a estimativa do IBGE para o ano de 2017 a cidade possui cerca de 1.484.941 habitantes, sendo a mais populosa cidade daquele Estado e a segunda do sul do país. Não obstante as dificuldades de gestão próprias das metrópoles, é tida por diversos autores como a cidade que deu origem a uma das maiores e mais bem-sucedidas experiências de participação social: o

OP (Orçamento Participativo), amplamente estudada por diversos acadêmicos no Brasil e no exterior, e premiada por agências cidadãs, comunitárias e de desenvolvimento. É diante dessa caracterização que se justifica a relevância de compreender como a temática da participação social, especificamente do Orçamento Participativo, está inserida nos planos de governo dos candidatos à essa prefeitura, em particular no ano de 2016.

De acordo com a Lei Eleitoral (Lei 9.504 de 1997), em seu artigo 11 é explícita a obrigação condicional para registro das candidaturas, “propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República”. Essas informações são disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no sítio eletrônico divulgacand.tse.jus.br. Optou-se por esse repositório digital em função de sua oficialidade e das possíveis oscilações que os sítios eletrônicos de campanha de cada candidato(a) poderiam representar para coleta das informações desejadas, dada a dinâmica eleitoral.

Desta forma, o objetivo deste artigo foi analisar como o Orçamento Participativo estava posicionado nos planos de governo dos candidatos ao executivo municipal de Porto Alegre no pleito eleitoral de 2016. A pergunta que buscamos responder com essa investigação foi: Como os candidatos(as) à prefeitura de Porto Alegre no ano de 2016 posicionaram o tema do orçamento participativo em seus planos de governo?

Para persecução deste objetivo, fizemos uma investigação de abordagem qualitativa com finalidade descritiva (GIL, 2008). E como estratégia principal para coleta e análise das informações o trabalho se realizou por meio de pesquisa documental, entendida sob a possibilidade de interpretações complementares ou ainda novas, em que documentos estão no “exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados” (Godoy, 1995, p.21). O método pode contribuir de maneira complementar somado a outros métodos, ou como elemento principal de uma investigação (Pimentel, 2001). Neste artigo, nosso entendimento é o de que a pesquisa documental foi utilizada enquanto estratégia principal do trabalho.

Em suma, temos como contexto o pleito ao executivo de Porto Alegre (RS) no ano de 2016, sobre a importância da significativa experiência de uma IP como o Orçamento Participativo, especificamente dentro das agendas eleitorais e de governo, feita a partir da análise dos documentos registrados no TSE. Eis nossa sucinta introdução.

2. Fundamentação teórica

A fundamentação teórica contará com a bibliografia constitutiva do ciclo das políticas públicas, com atenção especial a teoria de *agenda setting*, tendo como John Kingdon sua principal referência; bem como a própria literatura de participação social derivada da teoria da democracia, notadamente aquela que versa sobre instrumentos de gestão pública que formam espaços institucionalizados de efetiva atuação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão. Com esse aporte teórico, espera-se apontar inter-relações entre o conteúdo dos planos de governo analisados, no que tange à participação social junto do OP e os fluxos da agenda, segundo Kingdon, inseridos no contexto eleitoral da prefeitura de Porto Alegre.

Teorias sobre *Agenda Setting*

A agenda está localizada também na teoria dos ciclos de política pública enquanto modelo, sendo uma das etapas que conta com suas particularidades, presente basicamente entre aquelas iniciais desse conjunto de eventos (ou etapas), os quais são de grande auxílio para pensar cada momento separadamente, podendo

compará-los com os de outras políticas e governos. Esses eventos não são necessariamente lineares, e nem os processos políticos são sistemáticos como um modelo pode sugerir. Mas o ciclo das políticas públicas, e a agenda em particular, empresta-nosso entendimento de que a observação de algum padrão é possível, sendo alguns eventos previsíveis, podendo ajudar a entender por que alguns temas entram na agenda, e nela permanecem ou não.

O estágio da agenda no ciclo político, processo em que os problemas ganham a atenção dos governos, equivale ao reconhecimento do problema para a sua resolução. Estratégias que resolvem o problema com o menor custo, que resolvem algum grau do tema eleito segundo critérios dos mais variados (técnicos, científicos, retorno político etc.), estão presentes no processo das agendas. Na dinâmica entre aquilo que se elege como problema e o que se considera como alternativa, não existe ganho completamente satisfatório para todos os envolvidos, entre os que levantam um problema, e os que propõem soluções, uma vez que “um problema é a discrepância entre o *status quo* e a situação ideal possível” (SECCHI, 2011, p.36).

Por agenda, por tanto, entendemos a lista de temas que compreendem essa discrepância e foram considerados e eleitos a serem resolvidos, seja com sua alternativa de solução já dada ou a ser constituída. Vejamos o que o próprio Secchi (2011) tem a considerar sobre a etapa aqui referenciada, e como ela pode variar conforme cada um dos espaços, atores e momentos da política:

A agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Ela pode tomar a forma de um programa de governo, um planejamento orçamentário, um estatuto partidário ou, ainda, de uma simples lista de assuntos que o comitê editorial de um jornal entende como importante. (Secchi, 2006).

Podemos citar alguns tipos de agenda, tais como a governamental, cuja lista conta com os temas que são fortemente considerados pelos funcionários do governo; agenda de decisão, com a qual se tem o rol de temas para serem postos à deliberação; agenda sistêmica ou não governamental, em que os temas estão “na boca do povo”, mas não adentram a ordem do dia dos governos; podemos ainda falar de agenda e suas ramificações em outras menores (sub agendas), como é o caso de muitas áreas setoriais, como a saúde, em que se tem uma agenda de doenças psíquicas, mas pode haver uma ainda mais particular para o tema da depressão, por exemplo.

Neste trabalho, em sua parte de análise de dados e informações, daremos destaque para a agenda eleitoral, própria de campanhas, ao pleito da prefeitura de Porto Alegre (RS), focalizando o tema do Orçamento Participativo - uma vez que, como se viu na introdução, esse tema é bastante próprio da capital gaúcha. Vale dizer que, essa agenda eleitoral, em alguma medida, equivale a possível agenda de governo, caso o plano seja eleito.

Inicialmente, os problemas considerados nas agendas fomentam alguns valores que afetam grupos políticos relevantes a ponto de se fazerem presentes, e angariara atenção para a sua situação de dissonância. Eas sim movimentam com maior frequência a ação governamental os que possuem essa característica. Trata-se de um processo de seleção, cuja dinâmica é dada pela analogia ao processo de seleção natural (Saravia e Ferrarezi, 2007). Kingdon se debruça nessas etapas, a que chamou de pré-decisórias: o estabelecimento da agenda, e a especificação das alternativas. Em suas palavras, agenda é “uma lista de temas ou problemas que são alvos de ação por parte de autoridades em um dado momento”. (Kingdom, 2006, p. 222). E aqui passamos propriamente a desenvolver as definições e conceitos do autor.

Anterior à entrada na agenda, os temas estão submersos ao fluxo dos problemas, o qual carrega em si alguns elementos que não permitem uma banalização de apenas situações desfavoráveis serem tidas como um problema, a ocupar atenção dos governos. Esse é o momento de um olhar bastante atento aos meios que formam a definição, a delimitação, e a consideração de uma situação em problema, tais como informações, indicadores, eventos focos, avaliação de programas existentes etc. O elemento mais característico desse processo é a intersubjetividade, uma vez que o problema é tratado enquanto tal após a consideração consensual de um grupo relativamente significativo no cenário político. Kingdon (2006) considera que condições passam a ser consideradas problemas quando se acredita que alguma coisa deva ser feita para mudá-las.

Outro fluxo importante a se considerar no estudo das agendas é o fluxo da política. Significa que, sem qualquer controle do alcance dos eventos e dinâmicas próprias da política, tanto do ciclo formal de um governo, quanto das eventualidades que abalam o clima público do país, além das negociações entre alianças, disputas e conflitos com a oposição, a agenda, por mais que este já definida, está subjugada à essa vida exógena à sua hierarquia de prioridades. Ou seja, qualquer estabilidade momentânea dada por uma definição da agenda pode sentir abalos tão fortes da aleatoriedade dos eventos políticos, que a hierarquia de problemas listados pode simplesmente se inverter. Veremos, conforme indica a literatura, que essa aleatoriedade repousada em alguns padrões, poderá em alguns casos ser amenizada.

O fluxo das políticas públicas, o terceiro proposto pelo autor americano, caracteriza como o processo é permeado de interesse sem suas causas e consequências, e como isso distorce até mesmo lógicas simples postas em implicações aparentemente necessárias: muitas vezes há disputas entre alternativas, proposituras de caminhos a seguir, antes mesmo do problema (mesmo antes de tudo o que está envolto na definição, delimitação e avaliação de soluções desse problema) ser reconhecido enquanto tal. Ou seja, há uma verdadeira inflação de alternativas para problemas que sequer foram reconhecidos enquanto tal, e que aguardam, soturnos e atentos, uma oportunidade para se imporem. O inverso muitas vezes também é uma realidade: a dinâmica política enfrenta problemas para os quais as soluções não estão postas rápido e facilmente.

Esses três fluxos que brevemente caracterizamos são independentes entre si. Porém, é de um arranjo entre os três que surge mas melhores oportunidades de um tema adentrar a agenda com força o suficiente para ir aos processos de tomada de decisão (o que levará, muitas vezes, a outra ação daquela prevista inicialmente como uma boa alternativa de solução). São esses momentos pré-decisórios que formam o objeto de Kingdon.

São três fluxos que possuem cada qual as suas peculiaridades, estão nas diversas arenas e são impactados por uma multiplicidade de atores e que, em uma palavra, por si só são complexos. Pensá-los em uma espécie de harmonia, para fazer emergir com vitalidade um determinado problema e constituí-lo em prioridade na agenda é, de fato, motivo de bastante dedicação em estudos e pesquisas.

Nesse sentido, podemos dizer que as chamadas janelas de oportunidade são assim desenhadas, e aparecem tanto na dinâmica dos problemas quanto na dinâmica da política. No que se refere a sua aparição na dinâmica dos problemas, os atores que procuram entregar alternativas antes mesmo dos problemas, como supracitado, sobressaem-se nessa competição. São verdadeiros empreendedores políticos. Mas o jogo conta também com fatores como aliança, trocas políticas, disputas entre grupos, o que não torna a alternativa anteriormente disposta ao problema como o caminho a se seguir fatalmente. Até porque-eaí influiu dinâmica do fluxo da política - eventos inesperados podem ocorrer invertendo pautas, definindo novas prioridades, e deixando, talvez para um próximo governo, uma série de problemas que nada mais significam naquele momento.

Trataremos neste trabalho do tema da participação social através do específico instrumento do Orçamento Participativo, presente ou não em um programa de governo, o umas análises aqui propostas, esse instrumento presente na agenda dos candidatos, mas o tema é ele mesmo, hoje, objeto de grandes reconsiderações. Isso porque após alguns anos de experiência com as possibilidades dadas pela Constituição de 1988, a agenda de institucionalização da participação nos governos parecem ao tera tingido toda a expectativa que se depositava no início e meio desses processos. Ou seja, o tema da participação social, e mais especificamente do próprio OP, está em um momento de certa crise na sociedade enquanto IP, e presente dentro de uma agenda acadêmica um pouco mais ampla que é a de reconsideração da participação da população nos governos eleitos.

Por isso, o item OP na lista de prioridades da agenda não está sofrendo apenas perda dos influxos ideológicos sociais, o que não deve explicar de todo o processo de eclipse da efetividade do Orçamento Participativo em Porto Alegre. Existe o que poderíamos chamar de uma tomada de fôlego por parte da própria natureza do OP pelos atores que defendem a participação social, seja na academia, nas associações de bairro, nas comunidades, nas organizações sociais em geral. Essa conjunção de atores sociais, acadêmicos, burocráticos e de parte da própria sociedade porto-alegrense são fatores que colaboram para a sustentação do OP, mesmo em cenários de crises.

Enquanto instrumento de gestão societária, aquela que têm protagonistas também fora dos governos, atuando junto às administrações, o Orçamento Participativo, antes de estar ou não na agenda dos candidatos, tem sua agenda particular de reformulação. Nisso reside a importância de visitarmos esses planos de governo, uma vez a maneira como abordaram a temática pode facilitar ou não a entrada dessas reformulações e novidades a respeito.

Teorias sobre Democracia e Participação

De acordo com Fedozzi (2015), o debate sobre democracia como regime político mais factível e desejável tem sido acompanhado pelas críticas aos limites da representação eleitoral nos padrões das teorias democráticas vigentes desde o século passado: as teorias realistas, elitistas e pluralistas, dos quais os autores como Weber, Schumpeter e Dahl são os expoente se mais conhecidos.

Desenhada por Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, a Teoria das Elites, ou Elitismo se constituiu preliminarmente em oposição às ideias democráticas e socialistas presentes nos séculos XIX e XX, essa teoria tinha como lei sociológica inexorável a retenção de poder por um grupo pequeno de atores (Fedozzi, 2015 apud Grynszpan, 1996). Segundo essa teoria, o sufrágio universal legitimaria as decisões de um grupo minoritário de representantes eleitos, uma vez que estes estariam dotados de legitimidade para a tomada de decisões. De acordo com essa abordagem, a existência de elites não seria contraditória com a democracia.

Por sua vez, o advento da teoria pluralista da democracia delineada por Robert Dahl (1971) no contexto ulterior à segunda guerra mundial não representa um rompimento com as perspectivas elitistas, uma vez que seus autores concebe ma democracia em um modelo em que diferentes grupos de interesse competem pelo poder. Para tanto, a democracia demanda a poliorquia, ou seja, um suposto equilíbrio competitivo entre os interesse sem conflito, partindo de concepção em que todos esses vetores possuem algum efeitos obre a política, e que nenhum destes grupos detenha um domínio efetivo dos mecanismos de governo (Fedozzi, 2015 apud Dahl, 1971, 1989a,1989b).

Contudo, em oposição às teorias elitistas, a participação é considerada para efeitos de avaliação da qualidade da poliarquia em um determinado país, em função desta ressalva, alguns autores posicionam Dahl em um nível intermediário entre o elitismo/realismo e uma concepção participativa da democracia. Outros sim, a teoria pluralista permanece centrada nos aspectos do processo eleitoral de uma democracia, ou seja, privilegiando a representação em detrimento de outros mecanismos de participação.

Segundo Fedozzi (2015), o surgimento das teorias da democracia participativa remonta às décadas de 1970 e 1980, elencando Pateman (1992 [1970]), McPherson (1978) e Barber (2003[1984]) como importantes autores dessa linha de pensamento, complementa mencionando que a década de 1990 é marcada pelo advento de teoria da democracia deliberativa, pensada por uma série de autores como Habermas (1995, 1997, 1990), Cohen e Arato (1992), Bohman, Rehg (1997), entre outros que juntamente aos teóricos da democracia participativa, se estabeleceram enquanto vertente crítica às abordagens elitistas e pluralistas, mesmo que possuíssem divergências entre as correntes participativas. Resumidamente, o ponto convergente entre essas duas teorias participativas é a premissa de que a legitimidade democrática está alicerçada no fortalecimento do princípio de soberania popular, perspectiva oposta em relação às correntes fundamentadas na representação enquanto elemento central.

Ainda de acordo com Fedozzi (2015, apud Cunningham, 2009), para a teoria da democracia participativa compreende a representação de maneira negativa, entretanto, inevitável, de tal maneira que se debruça positivamente em favor dos mecanismos de participação. Por sua vez, as teorias deliberativas mesmo que considerem a expansão da participação e o fortalecimento das arenas públicas, estão vinculadas na ideia que a principal condição de legitimidade democrática está assentada a um conjunto de regras que permitam e incentivem o debate público sobre questões gerais e específicas, assim como sobre as próprias regras e procedimentos que regulam estes debates.

Outro aporte relevante trata do conceito de Instituições Participativas (IPs), Fedozzi (2015, apud Lüchmann, 2007) insere as IPs em um contexto de superação da dualidade entre participação e representação, para tanto, elenca que essas instituições carregam consigo duas características singulares, sendo a primeira:

[...] participação e representação individual e coletiva; voluntária (e, portanto, radicalmente diferente da atuação política profissional e com todas as consequências dessa implicação); em diferentes espaços participativos; e com escolha de representantes mediante processos variados (fóruns, eleições, indicações etc.) (Fedozzi, 2015, apud Lüchmann, 2007, p. 150).

Uma política amadora, no sentido positivo do termo e denotando a não profissionalização. E a segunda característica se vincula ao que se chama de o fenômeno da diversificação da representação, a qual insere novos desafios teóricos para conceber a legitimidade desses novos arranjos institucionais, considerando suas especificidades no que concerne aos mecanismos de autorização e *accountability* nestes processos participativos.

Neste artigo, analisamos os planos de governo em quanto agendas orientadas pelos pressupostos das teorias participativas, para elaboração de um entendimento de participação social com foco no processo do Orçamento Participativo. Como dito, as IPs estão aqui concebidas como aqueles espaços oficiais voltados para inserção dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, de caráter consultivo e deliberativo, não contemplando ações voltadas para reformulação e/ou ampliação dos clássicos procedimentos eleitorais de natureza parlamentar.

3. Coleta e análise de dados

De acordo com o sítio eletrônico do TSE consultado no dia 11 de novembro de 2017, nas eleições municipais de Porto Alegre em 2016, foram encontradas nove candidaturas deferidas pelo tribunal. A partir destas informações, verificamos a existência e procedemos com o *download* de cada um dos planos de governo dos candidatos e, a partir da leitura de todos os documentos, fomos adiante com a análise tendo como base as fundamentações teóricas supracitadas, de agenda e participação.

Para análise desses dados consideramos o orientado por Guindani (2009) que apresenta três passos para consecução da análise documental: seleção dos documentos baseada em critérios, organização das Unidades de Análise, e categorização da análise. Os procedimentos para seleção dos documentos foram descritos na seção introdutória deste artigo. As Unidades de Análise escolhidas são palavras, frases ou seções dos planos de governo que apontem para uma visão propositiva em relação ao Orçamento Participativo enquanto um problema público, e a ausência desses elementos também serão considerados para a categorização. Naqueles casos em que foi possível, utilizamos de maneira complementar ferramentas de busca automática pelo visualizador de textos *acrobat reader*, o que não excluiu a leitura de cada um dos planos de governo na sua integridade.

Num primeiro momento, realizamos uma análise transversal dos planos de governo, verificando se estes explicitam o orçamento participativo enquanto elemento diretivo ou diagnóstico de sua ausência, como problema público. Isso determinou como critério geral, a composição de grupos de partidos com agendas mais ou menos semelhantes. Outro ponto observado é como o plano aborda a temática, se da perspectiva de conservação, de aprofundamento ou de inovação, ou, ainda, de alguma maneira congregando essas perspectivas.

Desse modo, os planos estão classificados de acordo com a análise em grupo, enquadrados quanto ao seu posicionamento em relação ao OP no plano de governo, configurando as 3 categorias seguintes:

- Relevante: os planos explicitam de maneira clara o orçamento participativo como diretriz de governo e aponta alternativas para sua materialização.
- Intermediário: os planos mencionam o orçamento participativo com alguma relevância, entretanto, não é entendido como diretriz de governo e/ou não aponta alternativas para sua materialização.
- Indiferente: o plano não menciona o orçamento participativo de maneira relevante e não aponta alternativas consistentes para sua materialização.

Abaixo serão realizadas as análises descritivas dentro de cada uma dessas três categorias, a começar com a tabela a seguir, elucidando os grupos de partidos que as compõem:

Tabela 1. Categorias OP no plano de governo

CATEGORIAS	RELEVANTE	INTERMEDIÁRIO	INDIFERENTE
QTD	6	2	1
SIGLAS	<ul style="list-style-type: none"> ○ PSDB ○ PHS ○ PT ○ PTB ○ PSOL 	<ul style="list-style-type: none"> ○ PSL ○ PMN 	<ul style="list-style-type: none"> ○ PV

Fonte: elaboração própria.

Para uma perspectiva geral, notemos que, predominantemente, a categoria relevante forma o grupo mais numeroso. Isso atesta a cultura política da cidade de PoA em relação ao orçamento participativo, o que acarreta, em muitos aspectos, implicações diretas para a qualidade da democracia no município. Ficaremos em duas que julgamos centrais. A primeira implicação diz respeito aos processos eleitorais não acontecerem sem esse tema na agenda eleitoral dos possíveis prefeitos, bem como um problema público já certo a ser tratado também na agenda dos quatro anos de exercício do mandato. A segunda implica um custo político muito alto deixar o tema da democracia direta (simbolizada pelo OP) de lado, e atestam isso as estatísticas registradas para os votos válidos àqueles partidos que estão nas categorias intermediário e indiferente: não receberam mais do que 0,99% do eleitorado nas urnas, enquanto aqueles que estão dentro da categoria relevante estão acima dos 12%, um salto de mais de uma dezena na porcentagem, conforme pode ser aferido no sítio do TSE. De forma geral, pode-se aventar que os custos para deixar essa agenda fora dos planos de governo são maiores do que para sua manutenção. Até pela não obrigatoriedade legal de se seguir o plano de governo apresentado, demonstrado pela assimetria entre o discurso eleitoral e a prática governamental.

Falaremos a seguir de cada uma das categorias, tentando deixar em evidência o que é mais próprio de cada uma delas.

Categoria irrelevante

Para essa categoria enquadrou-se apenas um partido, o Partido Verde. Como já apontado, os votos para esse partido são irrisórios, tendo precisamente 0,6% no pleito. Isso sugere um possível custo político de não se abordar o Orçamento Participativo, em especial, e também a participação dos cidadãos de uma maneira geral. Ou seja, a gestão da cidade possui um elemento básico e sem o qual não é possível discutir, em peso e proporção significativa, o restante das políticas públicas a serem consideradas pelo futuro governo. Esse elemento é a participação popular, e ela recai sobremaneira na figura absolutamente simbólica que é o OP.

Como se trata de apenas um partido na categoria, falemos sobre o plano de governo do candidato. O documento possui 9 páginas e é iniciado com a citação da Lei 9.504 de 1997 e seu artigo 11º que obriga os candidatos a apresentarem seus planos para efeito de registro de suas respectivas candidaturas. Assim como os demais candidatos, o plano é estratificado em temáticas, e na de inovação é que se fala de canais em que o cidadão possa se comunicar com o governo. Porém não há qualquer menção ao Orçamento Participativo, de modo que se pode falar em uma completa alienação da vida política e cidadã da cidade de PoA quando se lê a propositura do partido. A cidade que é reconhecida internacionalmente, por acadêmicos e agências de desenvolvimento social, econômico e humano, como uma referência de participação da população na gestão

pública, e empresta sua experiência a muitas metrópoles pelo mundo, um partido que se furta a pelo menos citar, infere-se que este já se posicionou quanto a competição no pleito.

Categoria intermediária

Com dois partidos compondo esta categoria, temos a menção ao OP, mas não caracterizado como uma diretriz de governo, ou contendo meios concretos para sua materialização. As siglas, embora desconhecidas na grande mídia, Partido da Mobilização Nacional (PMN), e PSL (Partido Social Liberal), são agremiações da década de noventa e compõem bases de alianças significativas no país. Somadas, as siglas não obtiveram 2% dos votos válidos. A inclusão do tema no documento mostra uma atenção à cultura política do município, que com produção de espaços de participação, premiações, reconhecimentos, longevidade, legitimidade pública, criou uma tradição que forma o fazer político da capital. Os partidos entenderam que, assim como é obrigatório o protocolo de registrar um plano de governo, é basicamente obrigatória no plano de PoA citar o OP.

Mas, como se vê, a menção ao OP nos documentos de plano de governo não é suficiente. Tampouco é condição para ganhar o pleito um plano que detalhe as ações e o aprofundamento desse instrumento de cogestão, entre cidadãos e governo. Não queremos inferir isso. Queremos, contudo, explicitar como negligenciar uma ação robusta a respeito representa estagnação e mesmo retrocesso político na vida pública de Porto Alegre, pois os avanços apontados com a implementação do OP são claros e atestados de diferentes fontes, e, de todo modo, estão registrados nos Planos de Investimentos e Serviços de 1991 a 2016 da própria Prefeitura em disputa.

O reconhecimento da participação popular na definição das demandas e alocação dos recursos no orçamento, segundo as prioridades de cada região, ou ainda de cada cidadão cadastrado em um sistema, é uma consideração feita, por exemplo, no plano do PSL. E isso é colocado enquanto crítica ao modelo atual do OP que cooptou delegados e conselheiros para atuações políticas, com demandas previamente acertadas pela lógica da política partidária e instituída no município, e não pela política feita nas conferências, fóruns e reuniões pelos próprios cidadãos. Entretanto, nada além disso é proposto, ficando apenas no aspecto da transparência, mais enquanto um princípio do que como uma diretriz de ação. O plano do PMN não chega nem a isso.

Essa categoria intermediária mostra como o OP é importante, na medida em que ele não pode ser de todo ignorado (como o é na primeira categoria, indiferente), e também como citá-lo de uma perspectiva que apenas o conserve parece ser insuficiente, dado que o seu funcionamento é condição para a vida pública da cidade e basicamente não se discute, mas o seu aperfeiçoamento diante dos desafios atuais é o que se espera. Portanto, propostas como as desse grupo, não versam sobre capacitação, redesenho dos processos, mudanças nas regras de participação e eleição, dentre outros relevantes, para a democratização da participação cada vez mais efetiva do instrumento. São proposituras mais protocolares, uma espécie de caricatura da agenda participativa, que apenas rascunham conceitos caros à política municipal.

Categoria relevante

A presente categoria é composta pelo maior grupo de partidos, cuja soma da porcentagem dos votos válidos ao pleito equivale basicamente a 90% e estão divididos entre cinco partidos (PSDB, PHS, PT, PTB e PSOL). A heterogeneidade das siglas, em termos de ideologias, atesta aquilo que vimos afirmando sobre o OP no artigo: é um elemento comum da política porto-alegrense, o qual não se pode deixar de levar em conta em algum

momento da agenda eleitoral, tanto aquela prévia às eleições (dos debates e promoções dos candidatos), quanto naquela posterior ao pleito (no exercício do mandato, ou enquanto oposição).

Essa categoria tem como característica o fato dos planos trazerem à tona o Orçamento Participativo de maneira clara enquanto uma diretriz do governo, e ainda levantar meios de sua operacionalização. Em outras palavras, a legitimidade pública do OP está posta aqui como uma ação necessária dentro do mandato a ser eleito, e um problema público a ter suas soluções que o orbitam consideradas durante esse processo. Mais do que isso, algumas dessas soluções já estão postas nos planos de governo como atividades que estarão presentes na agenda governamental.

Com a maioria dos partidos partindo para o processo eleitoral admitindo o OP nessas condições, demonstra, quantitativa e qualitativamente, que, não apenas a longevidade e o custo político o mantêm como tema presente, mas também a própria crítica à democracia representativa, com ações concretas de participação, tem peso político e constitui um pano de fundo essencial para política municipal (seja como projeto ideológico, seja como a necessidade política).

Se acompanharmos os planos do primeiro e segundo colocados na eleição (PSDB e PHS, respectivamente), temas como protagonismo, colaboração para além da participação, qualificação para o OP, estão bastante claros e até bem estruturados, no sentido de estabelecerem pontes entre a administração (mormente via Secretaria de Governança, como feito à época) e os espaços de participação social da cidade (no caso em análise, daqueles referentes ao processo do OP). Ou seja, o tema do Orçamento Participativo não está posto de maneira genérica. Há uma clara consideração em relação aos novos meios de participação. Ambos falam de tecnologias e inovação, o que é importante e reveste o tema de relevância, uma vez que condiz com nossos dias e com as novas gerações, facilitando, dinamizando, difundindo essa particular cultura política, atraindo e incluindo os mais jovens:

Serão mantidos todos os mecanismos de participação como o Orçamento Participativo, e outros serão aperfeiçoados e criados, aproveitando as tecnologias de informação do século XXI. (Plano de Governo do PSDB, 2016).

Traz, porém, diretrizes de criação de novos espaços que não estejam partidarizados ou politizados, criticando e imbuindo essas características ao OP. Fato que, ao nosso ver, enfraquece o instrumento participativo, uma vez que não visa atuar nos problemas atuais por que passa a cogestão junto aos cidadãos, e retira do centro do protagonismo da participação social um processo longo, cuja aprendizagem social, organização popular e lideranças de grupos marginalizadas estão, em alguma medida, já consolidados. Primeiro e segundo colocados nas eleições, somando pouco mais que 50% dos votos válidos, apesar de considerarem o OP enquanto relevante dentro das margens aqui erigidas nessa análise, não apontam para uma reestruturação do instrumento em si, implicando na conservação do estatuto atual – principal ponto crítico como veremos.

O curto plano de governo do PT (4 páginas), terceiro colocado nas eleições e partido historicamente vinculado a essa agenda programática, tem a participação social como segundo ponto em suas diretrizes governamentais, reforçando o modelo tradicional com que tem sido realizado o OP, inclusive também mencionando superficialmente o papel das mídias sociais para esse processo de democratização da gestão municipal. Contudo, o documento analisado não permite aprofundar como o partido pretendia materializar essas diretrizes e nem verificar uma reflexão crítica acerca da evolução do OP na capital.

Façamos uma breve reconstituição das mudanças mais importantes na trajetória do OP. Em 2012 houve um alinhamento das demandas definidas entre as deliberações advindas dos espaços de participação com a Lei Orçamentária Anual (LOA), pois havia um descompasso no ciclo do OP com o ciclo orçamentário junto à aprovação da peça na Câmara. Isso fazia com que as demandas definidas demorassem um exercício e meio para adentrarem a execução orçamentária. Essa mudança, além de alinhar o tempo da população com o do governo, transformou as demandas em leis. Tratá-las enquanto tal aumenta o poder de barganha da população em reivindicá-las, caso haja atraso ou negligência por parte da gestão pública.

Entretanto, outro resgate de trajetória recente problematiza a validade dessa mudança. No ano de 2007 foi aprovado pelo Conselho do Orçamento Participativo, a possibilidade de reeleição dos delegados e conselheiros, fato que traz algumas complicações para essa experiência democrática de participação e deliberação. Com essa nova medida no estatuto, muitos representantes da população passaram a se perpetuar na função, fazendo com que a renovação e atendimentos de novas demandas fossem afastadas. O poder de decisão das pessoas diminuiu sobremaneira uma vez que grupos, aliados politicamente, realizavam a manutenção de seus interesses. Assim, também os critérios para a alocação das prioridades ficaram comprometidos. Ou seja, aquelas demandas que agora viram leis, só favorecem a política institucional já estabelecida, ficando as instâncias de participação cidadã do OP apenas um braço do Poder Legislativo municipal, e como uma débil caricatura de democracia participativa.

Feito esse pequeno resgate de trajetória, acreditamos ficar mais claro o ponto crítico que exige uma reformulação estatutária do OP, e não a criação de novos espaços que concorrerão com uma cultura já consolidada. Novos espaços de participação são sempre bem-vindos, mas como nenhum possui a previsão da efetividade dada pelo OP em sua configuração inicial, com deliberação e rotatividades dos representantes, não alinha e não agrega experiência junto aos princípios da democracia participativa.

Esse grupo de siglas enquadrado na categoria relevante é formado pela regra: todos consideram a participação social na gestão como um elemento importante, pois estão inseridos no contexto político da cidade. As exceções ficam para aqueles planos que vão além da crítica e da necessidade de reformulação do OP, incluindo em suas agendas de governo diretrizes e meios claros de qualificar a participação por meio desse tradicional instrumento de cogestão. Fortalecer a autonomia dos participantes com a mudança do estatuto e com o conhecimento e clareza das regras vai ao encontro da superação daquela dualidade evidenciada por Fedozzi(2015) posta em nossa fundamentação teórica, em que representação e participação são, enfim, complementares.

Vejamos a tabela a seguir com o resultado eleitoral e a categoria dos planos.

Tabela 2. Classificação dos Planos de Governo quanto ao Tema e Resultado nas Eleições

Resultado	Candidato(a)	Partido	Nº de Páginas do Plano	Classificação
1º	Nelson Marchezan	PSDB	16	Relevante
2º	Sebastião Melo	PHS	44	Relevante
3º	Raul Pont	PT	04	Relevante
4º	Mauricio	PTB	26	Relevante
5º	Luciana Genro	PSOL	138	Relevante
6º	Fabio Ostermann	PSL	05	Intermediário
7º	Marcello Chiodo	PV	09	Indiferente
8º	Julio Flores	PSTU	10	Relevante
9º	João Rodrigues	PMN	14	Intermediário

Fonte: Elaboração própria.

4. Resultados e discussões

Inicialmente, entendemos como relevante explicar sobre o contexto de crise em que os planos de governo foram elaborados, para depois tecer os comentários a respeito do orçamento participativo e sua relação com agendas. Em 2016, no ano em que ocorreu as eleições municipais, o país estava imerso em um processo de recessão econômica, e o desaquecimento dos investimentos soma das altas taxas de desemprego, representavam grandes impactos e uma miríade de novos desafios para a Administração Pública, principalmente no nível local.

No quarto trimestre do mesmo ano, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE, a taxa de desemprego atingiu 12% da população economicamente ativa, atingindo cerca de 12,3 milhões de pessoas, recorde da pesquisa, iniciada em 2012. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Estado do Rio Grande do Sul devia à União, em valores nominais, cerca de 57 bilhões de reais, valor equivalente a receita estimada do Estado para o ano de 2016 (R\$58,8 bilhões).

Não obstante, sabe-se que grande parte do orçamento do ente municipal, que é o caso de Porto Alegre sobre o qual nos debruçamos nesse trabalho, advém das transferências do Estado e da União; bem como as receitas próprias de ISS (Imposto sobre Serviços) e TBI (Imposto de Transferência de Bens Imóveis) estão sujeitas a variações em detrimento das oscilações de ordem econômica daquele momento por que passava o país, e em alguma medida, ainda passa. Assim sendo, o cenário pode ser caracterizado por dificuldades financeiras para auferir receitas públicas ao mesmo tempo em que cresce a necessidade por maior qualidade e abrangência dos serviços públicos. Contexto similar ao que deu origem ao OP no final da década de 1980, período de gra-

ves crises no cenário macroeconômico, marcado também pela hiperinflação¹, que no ano de 1989 acumulou 1.972,92 %.

Arraigado a esse contexto, qual o espaço para instrumentos de participação social, sobretudo quando estamos falando de um município que tem por tradição a implementação de políticas públicas em conjunto com sua população? Fica claro que as dinâmicas do fluxo da política se encontram com maior rigor, uma vez que a crise influi no grau de disponibilidade dos recursos (verbas, cargos, projetos etc.) comprometendo temáticas sociais de serem incluídas na agenda. As negociações e disputas de interesses entre as alianças, e mesmo junto da oposição, perdem flexibilidade para pautas que envolvem qualquer tema que fuja ao padrão institucional, como é o caso da participação popular efetiva. Isso ilustra o fluxo de problemas impactando as políticas públicas.

Vimos, porém, que os planos se constituem por eles mesmos em propostas de agendas de governo, e que, mesmo em um contexto de crise, em sua maioria, apontam o orçamento participativo, e a participação social como um todo, em um dos principais eixos de suas possíveis gestões. Se serão efetivamente postas em prática ou não, isso somente com uma análise posterior ao pleito, e do governo eleito, é que poderíamos afirmar. A agenda eleitoral dos partidos na cidade de PoA, por tanto, tem na participação social um tema a ser considerado como problema desde o início das candidaturas, e está simbolizado sobremaneira no Orçamento Participativo, por tradição e legitimidade pública. A leitura e análise dos planos em tela aponta para isso.

Da análise das 226 páginas de 9 planos de governo, fica perceptível que parte das propostas são realizadas de maneira pro forma, ou seja, em estrito atendimento à Lei Eleitoral que exige tal documentação para efeito de registro das candidaturas. Tal fato pode ser relacionado com a similaridade na forma de organização dos documentos e até em parte do próprio conteúdo das propostas. Como vimos, de maneira geral, os planos não especificam como pretendem materializar os objetivos propostos, de tal modo que esses documentos podem ser entendidos mais como uma carta de intenções do que como planos de governo que permitam aos cidadãos escolher e comparar as melhores propostas de gestão e políticas públicas para a cidade.

O tema foi classificado como relevante em seis planos de governo, intermediário em dois e indiferente em apenas um dos documentos analisados. Esses dados nos permitem inferir que, ao menos no plano de propostas eleitorais, a participação social com o OP ainda se posiciona de maneira predominantemente relevante. Entretanto, os planos em sua maioria não problematizam a situação dos mecanismos estatutários do instrumento de cogestão em Porto Alegre. Pode-se somar a isso o fato de constarem poucas propostas claras de como pretendem materializar suas diretrizes de governo, seja com as tecnologias citadas, seja pelo uso genérico da palavra inovação, ou mesmo no quesito de críticas ao modelo atual aqui observado.

Como foi mencionado, o tema do OP é uma tradição na capital gaúcha, e sua caracterização nos documentos das candidaturas fica evidente, segundo diversos termos, nomenclaturas, espaços de gestão, entre outros. Com tudo, isso não garante que essa política pública será implementada em cooperação com os cidadãos de maneira efetiva.

Com novos temas ganhando corpo, como a própria crise política do país, e diversas agendas surgindo com ela, a participação social como um todo tem grandes chances de ficar apenas no papel. Esse trabalho tentou

¹ Disponível em: < <https://pt.inflation.eu/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil-1989.aspx>>. Acesso em 05/01/2019.

demonstrar como estão postas as alternativas políticas de participação da população na gestão pública, especificamente do Orçamento Participativo, na realidade do município de PoA, e levantou hipóteses sobre elas na conjectura de poderem ou não adentrar às agendas governamentais após a eleição.

A partir da posse do novo governo, Porto Alegre mudou a postura em relação ao Orçamento Participativo. Para tanto, é necessário relembrar o contexto de restrição orçamentária do Estado e do município, assim como ressaltar que no plano de governo do prefeito eleito constava a manutenção do OP e a inclusão de tecnologias para aprimorar mecanismos de participação.

Com base em notícias jornalísticas e em comunicados oficiais do portal da prefeitura, atualizamos como se encontra o OP no município. Em março no primeiro ano de gestão, junto ao 245º aniversário da capital gaúcha, foi realizado pelo Observatório da Cidade (ObservaPOA) o “5º Seminário Porto Alegre em Análise”, que teve o tema “O Orçamento Participativo de Porto Alegre”, que realizou um balanço das principais demandas do OP na cidade. Nesse seminário a prefeitura declarou que o OP não deixaria de existir, contudo, não haveriam mais assembleias para desenvolver novas demandas naquele ano. Segundo o coordenador do OP, Carlos Sieger, a justificativa para essa alteração se baseia na falta de recursos e no levantamento apresentado no seminário, em que das 9.268 demandas feitas entre 1990 e dezembro de 2017, somente 6.873 foram concluídas (74,16% do total). As 2.395 demandas pendentes, foram colocadas como prioridade do município.

Entretanto, no ano de 2017 ocorreram cerca de 19 encontros dos fóruns regionais e temáticos, componentes do OP, entre os dias 21 de setembro e 31 de outubro. Em agosto de 2018, a prefeitura apresentou uma nova plataforma digital para realização de consultas públicas, realizado em parceria com o governo de Madrid, baseado na experiência do portal “Decide Madrid”. A plataforma é baseada em software livre, o aplicativo Cònsul foi adaptado e traduzido pela Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa). Em setembro daquele ano, a plataforma fez sua primeira consulta do OP Digital acerca do tema da mobilidade urbana. A previsão é que no ano de 2019, aniversário de 30 anos do OP, sejam disponibilizadas as seis temáticas do OP para a votação. E para a parte consultiva, destinada às regiões, será possível cadastrar e pedir apoio às demandas, que serão agrupadas em um relatório e entregadas aos conselheiros de cada região depois de sua discussão.

No mês de novembro foi lançado o “Grupo Técnico do Orçamento Participativo”, o objetivo desse grupo técnico é estudar a viabilidade financeira e executiva das 1333 demandas regionais e 364 temáticas. O grupo deve funcionar como um comitê de gerenciamento, com reuniões mensais. Desta forma, as mudanças do OP em Porto Alegre continuam em andamento, em 2018 houve um período de latência do mecanismo de participação, seguido em 2019 de mudanças estruturais relativas à inclusão tecnológica com base em experiências internacionais. Assim sendo, o ano de 2019 que o aniversário de 30 anos do OP, dará indicativos dos caminhos que a prefeitura de Porto Alegre seguirá para uma das mais exitosas experiências de participação social na América Latina. 

Referencias

- BEZERRA, Carla de Paiva. Por que o Orçamento Participativo entrou em declínio no Brasil? Mudanças na legislação fiscal e seu impacto sobre a estratégia partidária. VII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP. de 8 a 12 de maio de 2016.
- FEDOZZI, Luciano J. MARTINS, André L. Trajetória do Orçamento Participativo de Porto Alegre: Representação e Elitização Política. *Lua Nova* [online]. 2015, n.95, pp.181-224. ISSN 0102-6445. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-6445181-223/95>.
- FUKS, Mario. Definição da agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. In: *Bib*, n.49, 1º sem. 2000, p. 79-94.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. IBGECidades –Estimativa Populacional 2017 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>> Consultado em: 12 de Novembro de 2017.
- KINGDON, John W. Como chega agora de uma idéia? In: SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v.1.
- KINGDON, John W. Juntando as coisas. In: SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1.
- PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. *Cadernos de Pesquisa*, n.114, p.179-195, nov., 2001.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricase metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, 2015.
- SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SOUZA, Ailton de. A metamorfose do Orçamento Participativo: Uma análise da Transição Política em Porto Alegre (1990-2009). Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 2010.
- TATAGIBA, Luciana. Conselhos Gestores de Políticas Públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. In: FUKS, Mário; PERISSINOTTO, Renato M.; SOUZA, Nelson R. (orgs.) Democracia e Participação: os conselhos gestores do Paraná. Curitiba: UFPR, 2004.
- TSE Tribunal Superior Eleitoral. Divulgacand. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2016/2/88013/candidatos>> Consultado em: 12 de Novembro de 2017.

- TSE - Tribunal Superior Eleitoral - Divulgacand: Propostas de Governo de Fabio Ostermann. Disponível em:<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RS/88013/2/210000025583/proposta_governo1471291721945.pdf> Consultado em: 12 de Novembro de 2017.
- TSE - Tribunal Superior Eleitoral - Divulgacand: Propostas de Governo de João Rodrigues. Disponível em:<<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2016/2/88013/210000027920/propostas>> Consultado em: 12 de Novembro de 2017.
- TSE - Tribunal Superior Eleitoral - Divulgacand: Propostas de Governo de Julio Flores. Disponível em:<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RS/88013/2/210000018056/proposta_governo1471017323968.pdf> Consultado em: 12 de Novembro de 2017.
- TSE - Tribunal Superior Eleitoral - Divulgacand: Propostas de Governo de Luciana Genro. Disponível em:<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RS/88013/2/210000006927/proposta_governo1470693608072.pdf> Consultado em: 12 de Novembro de 2017.
- TSE - Tribunal Superior Eleitoral - Divulgacand: Propostas de Governo de Marcello Chiodo. Disponível em:<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RS/88013/2/210000030973/proposta_governo1471471200852.pdf> Consultado em: 12 de Novembro de 2017.
- TSE-TribunalSuperiorEleitoral-Divulgacand:Propostas de Governo de Mauricio Alexandre. Disponível em:<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RS/88013/2/210000021751/proposta_governo1471633561360.pdf> Consultado em: 12 de Novembro de 2017.
- TSE - Tribunal Superior Eleitoral - Divulgacand: Propostas de Governo de Nelson Marchezan. Disponível em:<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RS/88013/2/210000029381/proposta_governo1471291722755.pdf> Consultado em: 12 de Novembro de 2017.
- TSE - Tribunal Superior Eleitoral - Divulgacand: Propostas de Governo de Raul Pont. Disponível em:<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RS/88013/2/210000003439/proposta_governo1470261601819.pdf> Consultado em: 12 de Novembro de 2017.
- TSE - Tribunal Superior Eleitoral - Divulgacand: Propostas de Governo de Sebastião Melo. Disponível em:<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RS/88013/2/210000011191/proposta_governo1471637088504.PDF> Consultado em: 12 de Novembro de 2017.

Sobre los autores/ About the authors

Marco Antonio Carvalho Teixeira, professor do departamento de Gestão Pública da Fundação Getulio Vargas/EAESP. Membro do Comitê Científico do Congresso GIGAPP. Pedro Henrique Bianchi. Mestrando em Administração Pública pela Fundação Getulio Vargas/EAESP. Guilherme José Rodrigues Rezende Mestrando em Administração Pública pela Fundação Getulio Vargas/EAESP

URL estable documento/stable URL

<http://www.gigapp.org>

El Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP) es una iniciativa impulsada por académicos, investigadores y profesores Iberoamericanos, cuyo principal propósito es contribuir al debate y la generación de nuevos conceptos, enfoques y marcos de análisis en las áreas de gobierno, gestión y políticas públicas, fomentando la creación de espacio de intercambio y colaboración permanente, y facilitando la construcción de redes y proyectos conjuntos sobre la base de actividades de docencia, investigación, asistencia técnica y extensión.

Las áreas de trabajo que constituyen los ejes principales del GIGAPP son:

1. Gobierno, instituciones y comportamiento político
2. Administración Pública
3. Políticas Públicas

Información de Contacto

Asociación GIGAPP.
ewp@gigapp.org